

DESIGUALDADE E POBREZA NO ESPAÇO AGRÁRIO CEARENSE

Prof^a Dr^a Denise Elias

Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará
denise@uece.br

RESUMO

O presente artigo objetiva destacar as transformações empreendidas na agropecuária cearense nas últimas duas décadas, identificando suas principais características, fragilidades e tendências. Constrói-se a argumentação considerando que a modernização empreendida é socialmente excludente, espacialmente concentrada e ambientalmente insustentável, induzida através de pesados custos sociais e que só vingam com amplo amparo do Estado. Por conta dos investimentos governamentais apoiarem o setor privado, algumas estruturas sociais, territoriais e políticas têm se mantido intocáveis, ainda que sejam incompatíveis com os fundamentos do crescimento econômico com equidade social e espacial, acentuando históricas desigualdades e criando novas desigualdades.

Palavras-chave: agricultura, espaço agrário, desigualdade, pobreza, Ceará

ABSTRACT

This article intends to highlight the changes occurred at the Cearense agriculture during the last two decades, identifying their main characteristics, weaknesses and trends. It develops a discussion about the recently promoted modernization at the rural lands which has been socially excludent, spatially concentrated and environmentally unsustainable, mainly for the extremely high social costs and the dependence on the large support of the State. Due to the Governmental investments supports to the private sector, some social, territorial and political structures have been kept untouched, even if they are incompatibles with the principles of the economic growth socio-spatially balanced, increasing historical disparities and creating new others inequalities.

Keywords: agriculture, rural space, disparities, poverty, Ceará

Introdução

O modelo econômico preconizado pela globalização reestrutura a produção e o território no Brasil, promovendo uma dispersão espacial da produção, paralelamente à especialização regional da produção e à concentração dos setores modernos. Uma vez que se processa de forma conservadora, a reestruturação produtiva e seu rebatimento no território processam-se de maneira seletiva, privilegiando determinados segmentos territoriais, sociais e econômicos mais rapidamente suscetíveis à reestruturação sustentada pelos princípios do crescimento da produtividade e da competitividade, palavras de ordem do neoliberalismo.

Marcada por forte recessão econômica advinda do choque do petróleo e dos juros da dívida externa, a economia dos anos 1980 caracterizou-se pelas políticas de redução dos gastos públicos e pelo início das reformas do Estado, que se incrementaram sobremaneira na década de 1990, com a abertura comercial e as privatizações. Estes princípios estão presentes no ideário do grupo político à frente do Executivo no Ceará desde final da década de 1980, autodenominado de ‘governo das mudanças’, que se concentra muito fortemente no planejamento macroeconômico e na atração de investimentos em infra-estrutura e criação de um cenário favorável a novos negócios.

Caracteriza-se pela prioridade dada aos setores econômicos e espaços considerados com maiores possibilidades de rapidamente se inserirem de forma competitiva na economia globalizada. Busca beneficiar-se da política nacional dos ‘eixos nacionais de integração e desenvolvimento’, cujo objetivo é atrelar as áreas consideradas dinâmicas do País à dinâmica do mercado mundializado, que promove a implantação de programas e projetos tidos como estruturantes para o crescimento econômico, introduzindo novas formas de organização e gestão governamental. Evidencia-se, assim, a inserção passiva do Estado na economia e consumo globalizados, submetendo-se aos ditames de grupos econômicos hegemônicos.

Neste contexto, o Ceará assumiu um novo papel na divisão social e territorial do trabalho do Brasil, abrindo-se às influências exógenas e aos novos signos da economia globalizada. A agropecuária cearense permanecia sem transformações estruturais até meados da década de 1980. Até então, participava de forma muito significativa na economia cearense e continuava extremamente dependente da pecuária extensiva (bovinos, caprinos e ovinos), da agricultura de subsistência (milho, feijão e mandioca), do extrativismo vegetal (da carnaúba e da castanha de caju, principalmente) e de uma decadente cultura comercial de algodão.

Praticamente toda a agricultura que se praticava era de sequeiro e pouco produtiva, extremamente vulnerável ao fenômeno das secas e estiagens. A maior parte era produzida em estabelecimentos de pequenas dimensões, em geral de forma extensiva, com índices altíssimos de concentração da terra e de pobreza rural. Apesar de tais características, a agropecuária absorvia importante contingente da População Economicamente Ativa (PEA) total: em 1997, a agropecuária cearense respondia a 40% da PEA, mas somente por 5,7% do PIB total (LOPES NETO, 1998).

Parte dos estudos e pesquisas encomendados e organizados pelos últimos quatro governos estaduais direcionaram-se ao setor, para o qual foi elaborada uma gama de programas e projetos, que incorpora, ao menos no discurso, todo o ideário do desenvolvimento sustentável, economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado, mas que, segundo nosso ponto de vista, não se concretiza na prática.

Como parte da política do ‘governo das mudanças’, ocorre uma transformação extrema do discurso sobre as possibilidades econômicas do território cearense, construindo-se um novo imaginário popular sobre o aproveitamento das condições naturais do semi-árido, notadamente dos seus vales úmidos.

Nesse artigo, optamos por apresentar algumas questões sobre a temática, sendo que nossa intenção não é esgotar o assunto, mas trazer a público questões para incrementar o debate.

Modernização Excludente

Um aspecto observado quanto às políticas inerentes à agropecuária e ao espaço agrário empreendidas pelos quatro últimos governos estaduais é o estímulo ao agronegócio. Ramos da agropecuária passam a ser tratados como uma atividade profissional, visando à competitividade para o agronegócio globalizado, centrada na expansão de uma agropecuária intensiva em capital e tecnologia nas manchas irrigáveis, encabeçada pela iniciativa privada. Dessa forma, parte importante das políticas públicas direciona-se à expansão das condições técnicas e econômicas necessárias à modernização da infra-estrutura e das condições para a modernização da agropecuária, entendida como a expansão do capitalismo no campo.

Difundem-se os instrumentos para regular os incentivos, as novas articulações e parcerias necessários à modernização da atividade, tendo no aparato do Estado seu principal vetor. Suas ações convergem no sentido de estabelecer novas alianças com as corporações nacionais e multinacionais, na busca de novos paradigmas, visando ao ganho de produtividade e de competitividade.

O objetivo principal das políticas voltadas ao incentivo da agropecuária associa-se à promoção de programas e projetos considerados estruturantes para o crescimento econômico, nas manchas irrigáveis do semi-árido. Destaca-se o incremento ao agronegócio globalizado, através do aumento da competitividade de cadeias produtivas, via incremento de ciência e de tecnologia, encabeçada por empresas privadas.

A atuação do ‘governo das mudanças’ na agropecuária assume feições de modernização conservadora, uma vez que se processa de forma socialmente excludente e espacialmente concentrada, induzida através de pesados custos sociais, e só vinga com amplo amparo do Estado, mantendo intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do crescimento econômico com equidade social e espacial, acentuando as históricas desigualdades sociais e fundiárias cearenses.

Alguns ramos da agropecuária e partes do espaço agrário cearense conhecem um processo de modernização econômica. As transformações associam-se à produção comercial intensiva de frutas, baseada na difusão da agricultura irrigada. Organizam-se sistemas técnicos (de irrigação, eletrificação, transportes, pesquisa tecnológica, entre outras) voltados para dotar o espaço agrário de infra-estruturas para as empresas do setor do agronegócio.

Considerando que toda mudança tecnológica nos processos produtivos relaciona-se com transformações na estrutura social e territorial, processa-se uma (re)produção do espaço agrícola, que passa a ter pontos componentes na rede logística de importantes empresas, nacionais e multinacionais, como é visível, por exemplo, no caso da fruticultura e dos laticínios.

Isto significa dizer que as transformações da agropecuária têm privilegiado determinados segmentos socioeconômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis a uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e do consumo. Acirra-se, pois, a expansão das relações capitalistas de produção no meio rural, conduzida de forma extremamente prejudicial à maioria da população rural, à organização do território e ao meio ambiente, promovendo um desenvolvimento cada vez mais desigual no Estado.

Um dos signos da política que privilegia o agronegócio é a criação da Secretaria de Agricultura Irrigada (Seagri), logo após a posse do último mandato de Tasso Jereissati, em janeiro de 1999. Rapidamente montou-se todo um aparato técnico, visando a organizar o agronegócio no Estado, sendo um de seus pilares justamente a expansão do sistema técnico agrícola inerente à irrigação. A criação da Seagri significou uma perda política incomensurável para a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que ficou, entre outros, com as políticas sociais compensatórias.

Com o processo de modernização acelerado pelo ‘governo das mudanças’, reforça-se a realidade dialética, denotando-se alguns poucos subespaços agrícolas dinâmicos, reforçando-se duas lógicas na organização do território agrário: a grande maioria que continua dependendo das variações climáticas para se realizar, e outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço e a produção a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado.

Os espaços dinâmicos são, hoje, representados pelos agropólos, principal unidade de planejamento e gestão da Seagri, que são as áreas consideradas com maior potencial hidroagrícola e mais bem dotadas de infra-estruturas apropriadas à expansão da agricultura. O programa mais importante da Seagri é o Programa Cearense de Agricultura Irrigada (Proceagri), baseado na organização de sete agropólos.

Baseia-se muito fortemente no Novo Modelo de Irrigação do governo federal, com paradigmas totalmente diversos da primeira fase de incentivo à irrigação no Nordeste brasileiro. É esta política que se executa no perímetro de Jaguaribe-Apodí, no baixo Jaguaribe, e nos novos perímetros irrigados em início de operação ou em fase final de construção pelo Dnocs, juntamente com a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH): Baixo Acaraú, Araras Norte e Tabuleiro de Russas.

Vale ressaltar que não há como falar em questão agrária no Ceará sem mencionar a SRH. Juntamente com a Seagri, estas duas secretarias encontram-se no âmago da reestruturação da agropecuária e do espaço agrário cearense. A criação da SRH, em 1993, promoveu grandes metamorfoses na gestão dos recursos hídricos do Estado.

Instituída com a incumbência de promover o aproveitamento racional e integrado, coordenar, gerenciar e operacionalizar estudos, pesquisas, programas, projetos e serviços inerentes aos recursos hídricos, a SRH tem o poder de gerir o uso da água, o outro fator tão importante quanto a terra para a agricultura no Ceará. Se a privatização já é uma característica associada à terra, vale salientar que o mesmo processo está se acelerando para o caso da água, cujas bases estão sendo comandadas nacionalmente pela recém-criada Agência Nacional de Águas (ANA), que, em março de 2002, autorizou a primeira cobrança pelo uso da água de um rio do Estado de São Paulo.

Um dos atuais e mais polêmicos programas do Estado no tocante à política de recursos hídricos com reflexos para a questão agrária é o Águas do Ceará, o maior programa de infra-estrutura de oferta d’água da história do Estado. Reúne um conjunto de obras de combate à escassez de recursos hídricos que, se concluído de fato, desenhará um novo mapa das águas no Estado, assim como da produção agropecuária, considerando o número e a complexidade das infra-estruturas desenvolvidas, assim como permitindo novas perspectivas para o abastecimento e para a produção (agroindústria, irrigação, pesca, turismo, lazer).

Para os próximos anos, o programa prevê a construção de quarenta açudes, além da conclusão do polêmico açude Castanhão, o maior de toda a história do Ceará. O Castanhão será o coração de um grande sistema de interligação de bacias hidrográficas, uma verdadeira reorganização do território, que tem por objetivo modificar a distribuição dos recursos hídricos no Estado. A interligação de bacias hidrográficas busca a perenização de rios, ou seja, realizar uma série de obras de engenharia que transponham os recursos hídricos da zona úmida para abastecer as áreas com escassez hídrica. Resta saber se haverá água para transportar.

No que concerne à produção agropecuária e ao espaço agrário, podemos afirmar que persiste a dicotomia entre uma agricultura extensiva, predominante, e uma incipiente agricultura moderna, apresentando-se essa última em algumas áreas bem delimitadas do espaço agrário cearense. Dessa forma, a reestruturação produtiva da agropecuária e do espaço agrário atualmente em curso tende a aumentar a diferenciação socioeconômica e territorial entre as regiões do Estado.

Tais fatos corroboram a afirmativa de que as transformações da agropecuária acontecem de forma seletiva, ensejando um processo heterogêneo, em áreas espacialmente restritas, especializadas em determinados produtos, associados especialmente à fruticultura voltada para a exportação, o que promove o avanço do capitalismo no campo, mas deixa à margem a maior parte da população rural e do espaço agrário, aumentando a pobreza e os espaços em processo de degradação ambiental.

Prevalência da Concentração Fundiária

Em pleno século XXI, ainda é bastante comum encontrar interpretações que associam o inexpressivo papel da maior parte da agropecuária cearense às suas vicissitudes climáticas, geomorfológicas, pedológicas e as inerentes aos recursos hídricos, uma vez que a maior parte de seu território (93%) encontra-se encravado em pleno semi-árido brasileiro. Mas, imputar a irrelevância do setor exclusivamente ao quadro natural é um determinismo que não encontra sustentação em análises mais apuradas da realidade estadual, regional e/ou nacional.

Devemos destacar para o debate as relações de produção e de organização do espaço agrário cearense, em especial as condições sociais e técnicas da estrutura agrária, que se caracterizam, principalmente, por uma estrutura fundiária concentrada, uma base técnica rudimentar e uma oligarquia agrária conservadora, fatores estes determinantes para as relações sociais de produção e os regimes de exploração do solo predominantes.

O quadro geral de distribuição de terras evidencia que a estrutura fundiária continua, hoje, depois do ‘governo das mudanças’, como antes, extremamente concentrada, ou seja, um pequeno número de grandes estabelecimentos agropecuários concentrando a maioria das terras, enquanto os estabelecimentos de pequenas dimensões, que compõem a quase totalidade dos estabelecimentos, ocupando um percentual pouco importante das terras.

As políticas empreendidas com vistas a mudar este quadro, embora tenham resultado em novas sociabilidades, assim como em novas territorialidades no espaço agrário, dentre as quais podemos destacar os perímetros irrigados e os assentamentos, mostram-se incapazes de associarem-se à consecução de uma sociedade mais justa e equilibrada. Mantiveram a estrutura fundiária estadual, além de, concretamente, ter imprimido pequena modernização da base técnica da atividade, caracterizando-se um uso extensivo da terra e da força-de-trabalho.

Dados oficiais configurados nos censos agropecuários produzidos pelo IBGE evidenciam esta realidade, que não é cearense, mas brasileira. Em 1985, praticamente ano de início do período em análise, os pequenos estabelecimentos, com até 10 hectares, somavam cerca de 63 % do total de estabelecimentos no Ceará, mas reuniam somente 6 % das terras. Em contrapartida, os grandes estabelecimentos, contando mais de mil hectares, somavam 0,3 % do total de estabelecimentos, mas concentravam 20 % do total das terras. Dez anos mais tarde, último ano de publicação deste Censo, os números percentuais eram praticamente os mesmos.

Devemos destacar, porém, um certo agravamento da situação fundiária, uma vez que há um crescimento do número absoluto de pequenos estabelecimentos (que passam de 205.129 para 245.312), enquanto a área total por eles ocupada diminuiu (de 679.306 para 633.509 hectares), mostrando que, a hegemonia da grande propriedade, muitas vezes produtiva mas não utilizada, promove, entre outros, um processo de nucleação da pequena propriedade, como tentativa de reprodução da agricultura familiar.

A estrutura fundiária concentrada e a existência de terras produtivas não utilizadas são indicadores de um uso da terra com fins especulativos ou objetivos outros menos nobres que não a função social da terra.

A política agrária do governo federal, desde a década de 1960 concretizada pelo Estatuto da Terra, principal instrumento de legislação agrária brasileira, propiciou as condições favoráveis ao empreendimento capitalista na agricultura, acirrando o acesso privado ao solo agrícola, que, ao contrário da propaganda oficial, evidencia-se com a nova política de reforma agrária.

No Ceará, apesar de todo *marketing* associado à execução de uma política agrária transformadora, não consideramos que haja, de fato, ações estruturais, que venham a afetar significativamente a organização da estrutura fundiária. Muito ao contrário, o famigerado Projeto Reforma Agrária Solidária, seja em sua fase-piloto, seja na atual, conduz à monetarização da questão agrária, que, longe de ser uma questão técnica ou financeira, é uma questão política.

Com este modelo de reforma agrária de mercado, apoiada pelo Banco Mundial, acirra-se a retórica sobre a reforma agrária como programa de combate à pobreza no campo. Mas o resultado tem sido o reforço da especulação fundiária e imobiliária, com a intensificação do mercado de terras, aumentando o seu preço, uma vez que o mecanismo de desapropriação é substituído pelo mecanismo da compra de terra.

As relações de propriedade convergem no sentido de apoiar novas alianças de corporações estaduais, nacionais e até multinacionais com o Estado em direção à valorização especulativa da propriedade territorial rural, conformando um peculiar mercado de terras. Assim sendo, a gravidade da questão agrária estadual encontra-se tão atual quanto há décadas, pois as parcelas de população excluída têm aumentado, como o provam as dezenas de municípios em estado de calamidade pública nos anos de 2001 e 2002, quando se repetiram as cenas do flagelo dos famintos do campo.

O padrão tecnológico da agropecuária é outro indicador importante para medir o estágio de evolução dos elementos técnicos da estrutura agrária cearense. Os dados do último Censo Agropecuário, de 1995, mostram que continua o predomínio de uma agricultura extensiva, de baixo padrão tecnológico, com grande dependência das condições naturais para se realizar.

Alguns poucos números são suficientes para evidenciar esta afirmação: somente 28,5 % dos estabelecimentos agropecuários estavam ligados a qualquer tipo de fonte de energia elétrica; menos de 1% do total de estabelecimentos possuía tratores; cerca de 12,5 % usavam algum tipo de fertilizantes e cerca de 8,5 % usavam alguma técnica de irrigação. Quanto à pecuária, somente 29 % efetuavam controle de pragas e doenças nos seus animais.

Relações Sociais de Produção e Urbanização do Campo

Considerando que a terra é o meio de produção fundamental para a agricultura e não é suscetível de ser reproduzido ao livre arbítrio do homem, a forma de sua distribuição e apropriação é fundamental para as relações sociais de produção estabelecidas na agropecuária. Dessa forma, outro resultado da política agrária desencadeada pelo “governo das mudanças” é o acirramento das relações de trabalho mercantilizadas no campo, com o avanço do trabalho assalariado temporário. Paralelamente ao incremento da produção agropecuária voltada para o mercado, também o trabalho passa a ser uma mercadoria.

Podemos observar, pois, a criação e o acirramento de um mercado de trabalho agropecuário, assim como da divisão social do trabalho no setor, transformando a estrutura das profissões e do emprego. A modernização da agropecuária é exigente de mão-de-obra especializada, o que, além de

expandir o mercado de trabalho, o torna mais diversificado, pois além do trabalho braçal, passa a ser necessário o trabalhador agropecuário especializado. Este é, na maioria dos casos, um profissional (veterinário, administrador agrícola, especialista em inseminação artificial, agrônomo, técnico agrícola etc.) de origem e vivência urbanas, que passa a ser o assalariado permanente dos ramos associados ao agronegócio, em especial os com maior composição orgânica do capital. No Ceará, estes profissionais podem ser encontrados nas cidades componentes dos agropólos.

O mercado de trabalho agropecuário mostra vários aspectos perversos, sendo a sazonalidade um dos principais. Tal fato associa-se, em parte, às distintas demandas de força de trabalho durante o processo produtivo agropecuário. O mais comum é o ciclo biológico das plantas e dos animais demandar muito menos tempo de trabalho do que de produção, o que faz com que os trabalhadores só sejam contratados nas fases do processo produtivo que demandam mais trabalho, como a colheita, por exemplo, ampliando-se a figura do trabalhador agrícola temporário.

Os aspectos supracitados atuam como vetores de expulsão, do campo, do agricultor que detém somente o direito ao uso da terra, mas não possui sua propriedade, como os meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, desmantelando antigas relações sociais de produção. Muitos destes pequenos agricultores acabam migrando para as cidades, muito embora continuem, mesmo que sazonalmente, trabalhando no campo. Surge, assim, o trabalhador agrícola não rural, que mora na cidade, mas que também trabalha no campo. Vale destacar que esta migração hoje não ocorre somente para a capital, sendo a migração para as cidades médias e locais também significativa.

Devemos destacar, então, que a forma como vem sendo tratada a questão agrária e agrícola no período em análise concorrre para o aumento da urbanização no Estado, seja promovida pelo êxodo rural, seja pela migração descendente (da cidade maior para a cidade menor), esta ainda de menor peso na dinâmica demográfica. Os trabalhadores que migram do campo para a cidade são, na sua maioria, de baixíssima escolaridade, sendo em grande parte analfabetos, enquanto a migração descendente é realizada pelos trabalhadores especializados da agropecuária, oriundos muitas vezes de outros Estados, que migram para os pontos em processo de expansão da agropecuária.

O crescimento do setor terciário é outro aspecto importante quando queremos entender o processo de urbanização no Ceará, que também já se inicia no campo. Devemos considerar não somente o comércio e os serviços voltados às necessidades da população, conhecido como consumo consumptivo, mas também pelo aumento do consumo produtivo, ou seja, aquele voltado às demandas da agropecuária que se intensifica e passa a necessitar de maior número de meios de produção elaborados em escala industrial (fertilizantes, sementes selecionadas, máquinas agrícolas, equipamento de irrigação etc.), de assistência técnica (manutenção de equipamentos), mão-de-obra especializada etc, evidenciando que é a cidade o lugar da gestão do processo de transformação no campo.

Exemplifiquemos com um caso na região do baixo Jaguaribe, uma das afetadas pelo processo de intensificação do agronegócio, onde a atividade agropecuária historicamente representa vetor de reestruturação da produção e do espaço. O Município de Limoeiro do Norte parece-nos um exemplo importante, uma vez que sua população urbana cresceu mais rapidamente do que sua população total. Dados do Censo Demográfico do IBGE mostram que sua população total era de pouco mais de 25 mil habitantes em 1970, atingindo 45 mil em 1996, o que perfaz um crescimento de 76 %. Em 1970, somente 25 % da população do Município tinham domicílio urbano, contra uma urbanização de 63 % em 1996. Os números mostram, então, que, neste intervalo de tempo a população total do Município menos do que dobrou, enquanto a população urbana cresceu 4,4 vezes, tendo o consumo produtivo associado à agropecuária crescido de forma importante nas duas últimas décadas.

Outra transformação das relações sociais de produção dá-se com a ampliação do processo de subordinação de alguns pequenos proprietários que, em vez de expulsos do campo pelo processo de monopolização do espaço agrário, relacionam-se diretamente aos setores que se modernizam. Esta subordinação acontece de formas diferentes, através de mecanismos financeiros e de controle técnico da produção, assim como pela contratação da compra da produção a preços fixados com antecedência, desenvolvendo-se a produção semi-integrada. O caso da pecuária leiteira com o avanço da Parmalat é

um exemplo importante. Esta multinacional mostra também o processo de concentração que vem ocorrendo no setor, uma vez que adquiriu pequenas e médias indústrias, sendo o caso da tradicional agroindústria Betânia, em Morada Nova, um dos mais lembrados.

Os dados ora expostos talvez deixem pensar que a produção agropecuária baseada no trabalho familiar esteja extinta, o que não corresponde à realidade, mostrando a dialética do processo em curso no agrário cearense.

Considerações finais

Considerando os processos em curso no Estado do Ceará, não conseguimos vislumbrar um desenvolvimento sustentável, tão propagado pelos programas governamentais. As políticas públicas direcionadas à questão agrária; aos recursos hídricos, com destaque para grandes obras de engenharia; à expansão da agricultura irrigada, ainda moldada na construção de grandes perímetros; à expansão da monocultura, especialmente da fruticultura, com a eliminação de toda a diversidade das plantas xerófilas da região; entre outros, acirrarão, com toda certeza, o modelo concentrador de renda no meio rural, beneficiando o setor empresarial, excluindo os pequenos produtores de base familiar.

Agravar-se-á a situação fundiária, em razão do aquecimento do mercado de terras, entre outros motivos, pela existência de terras aproveitáveis e não exploradas, assim como o grande número de infraestrutura em construção. Tudo isto resultará no aumento do preço da terra, acirrando sua mercantilização.

Em última instância, teríamos a maior concentração da terra, contrariando as aspirações pela reforma agrária, mesmo a monetarizada com a cédula da terra. A compra de terras por parte de empresas nacionais e multinacionais no Estado já é prova desta hipótese. A compra de mais de mil hectares na região do baixo Jaguaribe, somente da parte da Del Monte, empresa multinacional classificada entre as três maiores do agronegócio de frutas, corrobora esta hipótese.

A maior concentração de terras nos remete ao problema da expulsão, do campo, de pequenos arrendatários, parceiros, meeiros, pequenos produtores de base familiar e posseiros, culminando na expropriação destes trabalhadores. Poderá acirrar-se, com efeito, a transformação das relações sociais de produção, aumentando o número de trabalhadores agrícolas assalariados temporários, fazendo crescer o subemprego e o desemprego no campo.

Outra tendência em curso é a do aumento da utilização de um pacote tecnológico inadequado às condições naturais do Ceará, com base na utilização massiva de insumos artificiais, produzidos industrialmente, no lugar de práticas agrícolas sustentáveis. O aumento do comércio de toda a extensa gama de agrotóxicos e fertilizantes químicos, evidenciada pelo número crescente de casas de comércio desta natureza, assim como pela implantação de indústrias, é um signo desta tendência.

Encerramos, enfatizando que a reprodução da modernização conservadora - que já mostrou seus efeitos danosos por todo o País - de fato aumentará a produção e a produtividade das empresas agropecuárias, exacerbando a competitividade do setor. Mas, a grande maioria dos trabalhadores rurais será alijada dessas benesses, elevando-se os níveis de pobreza, que não se limitará ao campo, alastrando-se para as cidades, para onde se deslocarão os migrantes, tornando explosiva a situação nas maiores cidades.

Para incorporar os excluídos do modelo de modernização em curso, é necessária a realização de uma política de desenvolvimento rural, baseada em interesses endógenos, pautados pela viabilidade econômica, pela sustentabilidade ecológica, pela qualidade estética e pela igualdade social. A ideologia do consumo e o neoliberalismo, que impedem a convivência realmente solidária, devem ser substituídos pelas noções de equidade social e de cidadania, que só virão com, no mínimo, mudanças estruturais culturais e sociais, cada vez mais necessárias à sustentabilidade do desenvolvimento. Caso contrário, todos os programas e projetos não passarão de retórica e terão caráter paliativo no intuito de esmorecer o descontentamento popular.

Referência Bibliográfica

- CASTRO, Iná Elias de. *Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste*. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996, p. 283-323.
- BANCO DO NORDESTE. **Documento Básico do Projeto Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste**. Versão Preliminar. Julho de 1998.
- BEZERRA, Hugo Estenio Rodrigues. **A Gestão da Água: apropriação e uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Curu**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências/UECE, Fortaleza.
- CAMPOS, Robério Telmo. Produtividade e Progresso Tecnológico na Agricultura Cearense: 1970/1990. In: CAMPOS, Robério Telmo (org.). **Mudança Tecnológica na Agricultura: aspectos conceituais e evidências empíricas**. Fortaleza: Ed. UFC, 1997. p. 151-225.
- ELIAS, Denise. A agropecuária do Estado do Ceará no contexto da globalização'. In: AMORA, Zenilde Baima (org.). **Ceará: Enfoques Geográficos**. Fortaleza: Funece, 1999, p. 43-72.
- _____. Modernização conservadora da agropecuária no Baixo Jaguaribe (CE). **Propostas Alternativas**, n. 7, Vale do Jaguaribe: natureza e diversidade cultural II, Fortaleza, p. 18-21, Imopec, 2000.
- _____. Integração Competitiva do Semi-árido Cearense. In: ELIAS, Denise e SAMPAIO, José Levi Furtado (orgs.). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p. 11-36.
- _____. A Modernização da Produção Agropecuária. In: ELIAS, Denise (org.). **O Novo Espaço da Produção Globalizada: o Baixo Jaguaribe (Ce)**. Fortaleza: Funece, 2002, p. 281-355.
- _____. O Baixo Jaguaribe: entre a ordem global e a local. In: ELIAS, Denise (org.). **O Novo Espaço da Produção Globalizada: o Baixo Jaguaribe (Ce)**. Fortaleza: Funece, 2002, p.11-21.
- GONDIM, Linda M. P. Os governos das mudanças (1987-1994). In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 409-424.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Rumo ao Desenvolvimento Rural do Ceará**. 1999-2002. Fortaleza: SDR.
- _____. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Reforma Agrária Solidária. Cédula da Terra**. Fortaleza: SDR, sd.
- _____. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Projeto São José. Combate à pobreza no interior do Ceará**. Fortaleza, sd.
- _____. Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária. **Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural do Ceará**. 1995-1998. Fortaleza: Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária, dezembro de 1995.
- _____. Secretaria de Agricultura Irrigada. **Programa Cearense de Agricultura Irrigada (Proceagri). Irrigando para a competitividade**. Fortaleza: Seagri, 1999.
- _____. Secretaria dos Recursos Hídricos. **Plano estadual de recursos hídricos**. Fortaleza: SRH, 1992.
- _____. Secretaria dos Recursos Hídricos. **Progerirh. Termo de Referência para Elaboração de Estudos e Projetos do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí**. Fortaleza: SRH, 1997. 55 p.
- _____. Secretaria dos Recursos Hídricos. **Contribuição da barragem do Castanhão para o desenvolvimento sustentável do Ceará**. Fortaleza: SRH, 1996. 28 p.
- _____. Secretaria dos Recursos Hídricos. **Águas do Ceará. Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará**. Fortaleza: SRH, 1995.
- _____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará - 1995 - 1998**. Fortaleza: Seplan, 1995. 140 p.
- IMOPEC. **A Face Excludente do Governo Ciro Gomes**. Fortaleza: Imopec, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1970 - Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. **Censo Demográfico 1996 - Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. **Censo Agropecuário 1985 - Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. **Censo Agropecuário 1995 - 1996 - Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE.
- LEMOS, José de Jesus de Sousa; NERA, Ruben Dario Mayorga. Pobreza Rural e Desenvolvimento Sustentável no Ceará. In: GOMES, Gustavo Maia; SOUZA, Hermínio Ramos de; MAGALHÃES, Antonio Rocha (orgs.). **Desenvolvimento Sustentável no Nordeste**. Brasília: IPEA, 1995. 377 p.

- LOPES NETO, Alfredo. **Possibilidades de Modernização Rural do Ceará Através da Agricultura Irrigada e da Fruticultura**. Fortaleza: Secitec, 1998.
- _____. **O que é o cluster?** Revisão bibliográfica, workshop em Chihuahua (México) e iniciativa pelo Nordeste. Fortaleza: Iplance, 1998. 204 p.
- _____. (org). **Análise dos projetos estruturantes do Ceará no contexto de um plano de desenvolvimento sustentável (PDS)**. Relatório. Fortaleza, s.d.
- MACEDO, Hypérides Pereira de. **A Chuva e o Chão na Terra do Sol**. São Paulo: Maltese, 1996, 162p.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste**. Brasília: Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1998.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. **Oportunidades de Investimentos em Agricultura Irrigada no Estado do Ceará**. Brasília: MMA, abril de 1998.
- MOTA, Desirée. **Evolução do Emprego Rural no Estado do Ceará**. Fortaleza: IJUREH, 1994.
- OLIVEIRA, Vitor Hugo; PESSOA, Pedro Felizardo A. de Paula. **A Tecnologia no Desenvolvimento Agrícola no Estado do Ceará**. Projeto Áridas, Ceará - 2020. Fortaleza, 1994. 22 p.
- OLIVEIRA, Vitor Hugo de; SANTOS, Francisco José de Seixas; SAUNDERS, Luís Carlos Uchoa. **Agricultura Irrigada no Ceará: recursos físicos, humanos e produção técnico-científica**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 1998, 196p.
- PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos 'coronéis' (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 381-408.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. CIC: a 'razão' esclarecida da Fiec. **Propostas Alternativas**, nº 4, Fortaleza, Imopec, 1995.

